

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A PRODUÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE DESIGUALDADE E
DESIGUALDADE DE GÊNERO: MAPEAMENTO DA RBCS**

ILLYUSHA KHRISTHIE LIMA BITES MONTEZUMA

Orientadora: Danusa Marques

BRASÍLIA - DF

2013
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ILLYUSHA KHRISTHIE LIMA BITES MONTEZUMA

**A PRODUÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE DESIGUALDADE E
DESIGUALDADE DE GÊNERO: MAPEAMENTO DA RBCS**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência
Política da Universidade de Brasília como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência
Política

Professora Orientadora: Danusa Marques

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados do mapeamento dos artigos da Revista Brasileira de Ciências Sociais com relação às temáticas de democracia, desigualdades e desigualdade de gênero. São analisados dados gerais sobre os autores, referências bibliográficas e as temáticas identificando algumas características da produção acadêmica no campo das ciências sociais brasileira, como elementos dominantes, concentração da produção e dados relativos às temáticas abordadas. Um capítulo situa o desenvolvimento das Ciências Sociais como ponto de partida para compreender melhor o campo e suas particularidades. As referências teóricas que embasam esta monografia são o conceito de campo de Pierre Bourdieu, e as interpretações conceituais desenvolvidas pela teoria política feminista e teorias sobre justiça. No periódico analisado podemos observar a associação da temática de democracia e desigualdade, sendo recorrentemente utilizadas. A desigualdade de gênero se mostra na divisão sexual do trabalho no campo acadêmico e como categoria dos artigos, apresentando relações com outras categorias de desigualdades.

Palavras-chave: desigualdade, mapeamento, desigualdade de gênero, ciências sociais brasileiras, RBCS.

ABSTRACT

This work presents the results of the mapping of the articles of the Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS regarding the theme of democracy, inequality and gender inequality. General information about the authors, references and thematic identifying some characteristics of academic research in the field of Brazilian social sciences, dominance, concentration of production and interesting thematic data are analyzed. A chapter situates the development of Brazil's social sciences as a starting point to better understand the field and its particularities. The theoretical references that support this research are the concept of field from Bourdieu, feminist political theory and theory of justice. In the RBCS we can observe a very strong association of democracy and inequality. Gender inequality is demonstrated in the sexual division of labor in the field and as a category of articles, has several interesting details and relations with other inequalities.

Keywords: inequality, mapping, gender inequality, Brazilian social sciences, RBCS.

AGRADECIMENTOS

A Cristia Correa de Lima e Rodrigo Antônio Montezuma, meus pais, pela paciência, por todo apoio e pelos incentivos, por serem meus exemplos de dedicação e de estudos, que aproveitaram meu ingresso na Universidade e fizeram outra graduação, demonstrando muita coragem e força de vontade voltando aos estudos.

A professora Danusa Marques, minha orientadora, que incentivou e foi muito compreensiva durante todo o processo desde a pesquisa até produção da monografia, motivando a precisão e coordenando a pesquisa do Mapeamento.

Ao professor Carlos Machado que sempre considerei como um verdadeiro amigo, por todo o apoio, conselhos e disponibilidade para ajudar sobre qualquer coisa ou assunto, abrindo portas para muitas oportunidades durante a graduação e sendo muito prestativo e atencioso coordenando a pesquisa do Mapeamento.

A todas as participantes do Grupo de Pesquisa Demodê, que colaboraram com a coleta de dados, formando um grupo muito proveitoso, durante metade da minha graduação, onde pude aprender muita coisa e interagir com pessoas muito especiais.

Aos professores que coordenam o Grupo de Pesquisa Demodê, Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, pela oportunidade de participar e por servirem como exemplo no meio acadêmico.

E aos meus irmãos, tios e amigos que sempre me apoiaram muito.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	<u>9</u>
1.2 METODOLOGIA	<u>12</u>
2 CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL	<u>13</u>
2.1 DESENVOLVIMENTO	<u>13</u>
3 REFERENCIAL TEÓRICO	<u>21</u>
4 ANÁLISE DOS DADOS	<u>29</u>
5 CONCLUSÃO.....	<u>45</u>
REFERÊNCIAS.....	<u>48</u>
ANEXO 1 - Ficha do questionário.....	50
ANEXO 2 - Orientações para preenchimento do questionário.....	56

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1 – Número de ocorrência e frequência de instituições na RBCS, entre 1986 e 2011, por temática.

Tabela 2 – Número de ocorrência e frequência de instituições na RBCS, entre 1986 e 2011, quando pelo menos uma mulher é autora do artigo.

Tabela 3 – Número de ocorrência e frequência de autores na RBCS, entre 1986 e 2011 com relação a sua origem de nacionalidade, se é ou não estrangeiro e trabalha no Brasil.

Tabela 4 - Número de ocorrência e frequência da área disciplinar dos autores na RBCS, entre 1986 e 2011.

Tabela 5 - Principais autores em números de artigos publicados na RBCS de 1986 a 2011.

Tabela 6 - Principais autores em números de artigos publicados abordando a temática de desigualdade e abordando a temática de democracia, na RBCS de 1986 a 2011.

Tabela 7 - Número de ocorrência e frequência de associação das temáticas de desigualdade e democracia nos artigos da RBCS de 1986 a 2011.

Tabela 8 - Número de ocorrência e frequência das temáticas de democracia, em todos os artigos, associadas a desigualdade e associadas à temática de gênero nos artigos da RBCS de 1986 a 2011.

Tabela 9 – Número de ocorrências e frequência do tipo de abordagem metodológica predominante nos artigos da RBCS, de 1986 a 2011.

Tabela 10 - Número de ocorrências e frequência do tipo de empiria predominante, se qualitativa ou quantitativa, nos artigos da RBCS, de 1986 a 2011

Tabela 11 - Número de ocorrências e frequência dos artigos que eram ou não tradução, em todos os artigos e de acordo com as temáticas de desigualdade, democracia e gênero no artigos da RBCS de 1986 a 2011.

Tabela 12 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos da RBCS, de 1986 a 2011.

Tabela 13 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos que abordam democracia da RBCS, de 1986 a 2011.

Tabela 14 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos que abordam desigualdade da RBCS, de 1986 a 2011.

Tabela 15 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos que abordam desigualdade de gênero da RBCS, de 1986 a 2011.

Tabela 16 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos da RBCS que pelo menos um autor é de Ciência Política, de 1986 a 2011.

Tabela 17 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos que pelo menos uma autora é mulher RBCS, de 1986 a 2011.

Tabela 18 - Número de ocorrências e frequência das temáticas de desigualdade e sua profundidade na abordagem nos artigos (420 casos) que abordam desigualdade na RBCS, de 1986 a 2011

Tabela 19 - Número de ocorrências e frequência das temáticas de desigualdade e sua profundidade na abordagem nos artigos (113 casos) que abordam desigualdade de gênero na RBCS, de 1986 a 2011.

1. INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é apresentar um mapeamento temático dos artigos publicados em um dos principais periódicos acadêmicos brasileiros relacionados às áreas de ciências sociais, a Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS, analisando panoramicamente a temática de desigualdades e comparando as diversas abordagens temáticas de desigualdade e democracia com a desigualdade de gênero. A monografia pretende compreender como os debates teóricos sobre democracia e desigualdades vêm se orientando. O periódico analisado é a Revista Brasileira de Ciências Sociais, devido à sua importância, representando uma das principais revistas brasileiras na área de Ciências Sociais, com ampla diversidade temática, disciplinar e conceitual, com prestígio, possui ampla aceitação no meio acadêmico. É avaliada pelo *Qualiscapes* como um periódico “Internacional A”, que indica grande penetração nacional e repercussão internacional.

Esta pesquisa é um recorte específico que pretende utilizar os resultados preliminares de uma pesquisa maior – *Desigualdades e democracia: as perspectivas da teoria política*, do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades – Demodê – do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Esta sistematização é importante para aprimorar os debates envolvendo democracia e desigualdades e entender melhor quais tipos de desigualdades são mais abordadas na produção do campo das Ciências Sociais brasileiras e o modo como esta temática é colocada neste campo (MIGUEL *et al*, 2012).

Seu principal objetivo é realizar um mapeamento de uma parte da produção do campo das ciências sociais brasileiras, através da produção sobre a temática de desigualdade, e analisar o perfil geral da RBCS – quem publica, a que instituições pertence, qual nível de especialização apresenta, em qual área do conhecimento trabalha etc. Esta pesquisa é útil para verificar o estado do campo das ciências sociais no que se refere à desigualdade, identificando como este discurso tem ganhado legitimidade no campo acadêmico, o que acaba refletindo em outros campos, influenciando, por exemplo, a visão que a sociedade tem dela mesma, devido ao valor de “verdade” embutido nos discursos acadêmicos.

Sistematizando o que tem sido produzido pelos pesquisadores de ciências sociais é possível identificar quais centros de pesquisa têm discurso mais presente e, portanto dominante. E como esses discursos se relacionam com a abordagem teórica, instituições de pesquisa, agências de financiamento e regiões geográficas do país, ou seja, há estruturas de poder dentro do

campo que condicionam a sua própria produção. A pesquisa busca apreender tendências em relação aos discursos, através da observação dos conceitos e dos autores citados pelos pesquisadores, além dos padrões da divisão do trabalho intelectual no Brasil e verificação dos vínculos dos pesquisadores com as universidades e os centros de pesquisa. (MIGUEL *et al*, 2012)

É possível verificar tendências com relação à produção do campo das ciências sociais brasileiras através da análise dos conceitos utilizados e também dos/as autores/as mobilizados na discussão teórica que estrutura os artigos. Podemos identificar a presença de diferentes correntes, suas relações e o tipo de tratamento dado às temáticas específicas de desigualdade (ou seja, se somente as abordam implicitamente, se as mencionam ou se são discutidas).

Faremos também o levantamento específico da desigualdade de gênero e comparações dessa temática com outras categorias como a desigualdade, democracia e as temáticas mais citadas de outras desigualdades específicas. A desigualdade de gênero é relevante como categoria devido às consequências destas interações baseadas em relações de poder de homens sobre mulheres. As configurações históricas influenciam fortemente nas perspectivas de gênero: a dicotomia entre esfera pública e esfera privada, por exemplo, não leva em conta a realidade política dentro das relações familiares e as vulnerabilidades que são reproduzidas pelas noções de privacidade (OKIN, 2008), além de determinar posições sociais baseadas na separação de gênero, com a qual o ambiente das mulheres é restrito como o doméstico e, ao mesmo tempo, existe um recorte masculino que define a lógica do mundo especialmente por ocupar o ambiente público. Estas estruturas sociais limitam as oportunidades políticas, a representação e a garantia de integridade, cidadania, liberdade e autonomia das mulheres, desse modo, limita suas potencialidades de vida enquanto seres humanos.

A dominação masculina produz opressões e é um relevante aspecto para se discutir justiça em sistemas democráticos. Vários aspectos podem ser questionados, levando em conta como as relações socialmente constituídas levaram as mulheres a posições de desvantagens. A sexualidade estabelecida sob o viés masculino objetifica a mulher, naturalizando dominações, relações violentas e a apropriação do corpo feminino. É preciso trazer uma demanda efetiva com relação a uma revisão profunda de alguns fundamentos da teoria política liberal, efetivando para as mulheres a gestão do próprio corpo, com a descriminalização do aborto e o combate efetivo ao assédio e estupro, permitindo que o desenvolvimento pessoal das mulheres na sociedade possibilite a criação de identidades para exercerem sua autonomia (AGUIAR, 1997).

A família e o mercado de trabalho podem ser, e muito frequentemente o são, situações de extrema opressão para mulheres, dependendo de como estes contratos foram estabelecidos. Se existe uma desigualdade muito intensa, a escolha de se firmar um contrato acaba não sendo uma “escolha” plenamente autônoma e livre, mas fruto de situações de dominação de gênero, por meio do casamento e/ou da divisão sexual do trabalho. Às mulheres é estabelecido um papel submisso, voltado para o cuidado com o ambiente doméstico e maternidade, que quando conseguem adentrar o mercado de trabalho são amplamente direcionadas a profissões socialmente e financeiramente menos valorizadas, geralmente voltada para o cuidado (AGUIAR, 1997).

Neste sistema de subordinação, dominação e opressão as mulheres sofrem diversas desvantagens sociais e políticas, apenas por serem mulheres, e estão vinculadas a certas expectativas que limitam seu potencial, impedindo ou dificultando seu desenvolvimento como indivíduo livre. Em casos de sobreposição/cominação com outras opressões, como as raciais ou materiais, as desvantagens são ainda maiores e a autonomia das mulheres é ainda mais reduzida – as opressões específicas de gênero são vivenciadas de formas muito distintas. É importante ressaltar que observando as análises preliminares de presença temática nos artigos durante o pré-teste da pesquisa a desigualdade de gênero era uma das mais relevantes, sendo a primeira após as demandas materiais categorizadas como desigualdade de classe e renda.

1.1. O PROBLEMA

O que o campo acadêmico brasileiro das Ciências Sociais pronuncia sobre a temática de desigualdade na Revista Brasileira de Ciências Sociais? Quais são as características dos textos que abordam desigualdade de gênero na produção acadêmica da RBCS? Quem publica sobre esse tema? Quais outras desigualdades são abordadas quando se aborda gênero? Que autoras/es são citadas/os? Na Ciência Política brasileira tem-se uma postura *receptiva* com relação à produção acadêmica envolvendo desigualdade de gênero?

1.2. METODOLOGIA

A coleta dos dados do periódico foi realizada por alunos/as de graduação, supervisionados por dois/duas professores/as pesquisadores/as. Foi realizado um pré-teste para identificar as publicações que apresentaram maior volume de artigos que continham as temáticas de desigualdades e democracia e para ajustar a ficha de mapeamento dos artigos.

Todos os artigos das três publicações selecionadas, publicados entre 1985 e 2011, foram lidos e fichados, exceto resenhas. Cada artigo foi lido e fichado por pelo menos por dois estudantes, possibilitando a revisão das interpretações (MIGUEL *et al*, 2012, pg. 48).

A ficha possui os dados identificando o artigo e sua abordagem (teórica ou empírica), a revista, o autor e sua instituição, a temática (se possui a temática de democracia e/ ou desigualdade) e a bibliografia citada. Existem também entradas para identificar o tipo de desigualdade que está presente no artigo, seja implicitamente, somente mencionando ou discutindo esta desigualdade¹ (MIGUEL *et al*, 2012, pg. 48).

As desigualdades abordadas no questionário são: desigualdade de classe (classe social), desigualdade de renda (desigualdade material), desigualdade de gênero (entre homens e mulheres), desigualdade de raça/cor, desigualdade de etnia (elementos culturais), desigualdade de sexualidade (orientação sexual), desigualdade geracional (grupos etários), desigualdade de informação (na ação política), desigualdade de educação (formação formal), desigualdade de deficiência (física ou mental), desigualdade regional (entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro/periferia global; entre países marcados pela relação ocidente/oriente; entre as divisões políticas/ geográficas/ administrativas no interior de um país; entre regiões urbanas e rurais) e é possível a entrada de dados relativos a outras desigualdades que não estão mencionadas no questionário². A tabulação dos dados é feita no software estatístico *Sphinx Lexica*.

Em posse dos dados deste periódico foi realizada uma descrição geral das temáticas de desigualdade, dos autores e sua relevância relativa à quantidade de citações nas referências bibliográficas, o que busca verificar a influência internacional no Brasil relacionando com as

¹ Ficha em anexo 1.

² Orientações de preenchimento do questionário – da *Pesquisa Desigualdades e Democracia: mapeamento das Ciências Sociais brasileiras* em anexo 2

temáticas específicas da discussão de gênero. É realizada também uma comparação entre as estatísticas de desigualdade de gêneros e as outras desigualdades encontradas.

2. CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo a contextualização sobre o campo das Ciências Sociais brasileiras, já que a monografia apresenta perfis que caracterizam este campo, através da análise de uma das revistas mais proeminentes da área, com observação das temáticas nele predominantes, indicação dos agentes inseridos em posições de reconhecimento acadêmico na área, identificação das pessoas e instituições dominantes, além de abordar as subáreas mostrando suas particularidades. É preciso retomar o caminho histórico percorrido por esse campo acadêmico para identificar as influências por ele sofridas e suas determinantes estruturais, que definiram suas principais instituições e como ocorreu este processo.

2.1. DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

A partir da década de 1930 começou o esforço para a construção das Ciências Sociais brasileiras, caracterizado especialmente pelo impulso alcançado pela organização universitária (TRINDADE, 2006). Anteriormente o pensamento social e político estavam inseridos na área do Direito e funcionava de forma a dar continuidade na formação de elites políticas, jurídicas e intelectuais. O objetivo das ciências sociais era entender cientificamente os problemas brasileiros, buscando refletir sobre o país, em um momento politicamente bastante conturbado que buscava um projeto político para o país.

Entre 1930 e 1960 inicia-se a formação da Escola Livre de Sociologia e Política - ELSP (1933, em São Paulo), da Universidade de São Paulo - USP (1934) e da Universidade do Distrito Federal – UDF (1935, no Rio de Janeiro). Começaram a tomar um perfil menos jurídico e menos histórico, entretanto ainda contando com a influência do Direito. Em São Paulo, a USP e a Escola Livre de Sociologia e Política eram diferentes, mas se influenciavam e constituíam a “escola paulista”, buscando a implantação de critérios acadêmicos de avaliação, promoção e titulação, por meio de missões estrangeiras. No Rio de Janeiro, a UDF foi fundamental para o fomento da pesquisa em Ciências Sociais. Como teve curta vida de

1935 a 1939, com seu fechamento houve uma dispersão que fomentou várias instituições. A área da Sociologia no Brasil foi iniciada da USP pelas Missões Francesas (1930-1950), e também com certa ajuda a área da Antropologia (Trindade, 2006).

A partir da década de 60 a Fundação Ford atuou no Brasil de forma filantrópica fomentando as Ciências Sociais e Econômicas brasileiras, sendo uma experiência peculiar devido à ausência de recursos materiais e institucionais no contexto brasileiro. A fundação norte-americana representou o lastro necessário e indispensável para a implementação e continuidade dos sistemas altamente diferenciados e complexos de produção acadêmica (MICELI, 1987).

A Fundação Ford foi fundamental para a fomentação e desenvolvimento da Ciência Política no Brasil, financiando os programas da UFMG, IUPERJ e de Antropologia na UnB, Museu Nacional (UFRJ) e UNICAMP (MICELI, 1993). Deste apoio derivaram muitos intercâmbios internacionais, auxiliando também projetos de pesquisa e a consolidação de várias instituições. Ajudou a internacionalizar as ciências sociais brasileiras com instituições como a CEPAL e a FLACSO, além de fornecer bolsas de estudo no exterior, especialmente doutorado - que não foram só concedidas pela Fundação Ford, tendo apoio também do CNPq, CAPES, Fullbright, Conselho Britânico e DAAD (TRINDADE, 2006).

Pela institucionalização da Ciência Política americana e pela força de sua academia, sua influência é mundial, e esta serviu de referência de modelo para os departamentos brasileiros por meio da formação de acadêmicos de outros países e pelos programas de doutorado em Ciência Política dos EUA. Entendendo as relações da Ciência Política americana no contexto de suas relações com a política e a sociedade em geral, a Segunda Guerra Mundial foi um importante divisor de águas na história da disciplina. Quando os Estados Unidos entraram no conflito, os cientistas sociais se engajaram no esforço de guerra, aplicando suas lógicas à política de guerra. No momento da Guerra Fria os cientistas políticos foram ainda mais “úteis” e receberam muito financiamento de pesquisa, resultando na construção de uma Ciência Política como aparelho ideológico dos Estados Unidos realizando propaganda do Estado norte-americano. O Brasil recebeu muito financiamento e influência nessa área, o que contribuiu para a institucionalização da Ciência Política brasileira, mas também contribui para dominar os discursos, reproduzindo e aprendendo o viés americano, o que acaba causando um esvaziamento crítico do debate político e acadêmico (FERES, 200).

A visão das Ciências Sociais se estabelecia sob uma ótica instrumental, onde a Ciência Política, a Antropologia e, um pouco menos, a Sociologia tornaram-se as linhas prioritárias de apoio à engenharia social do desenvolvimento tripartite: crescimento econômico, fortalecimento das instituições e reforma social. O envolvimento da Fundação Ford aconteceu devido à influência de uma doação realizada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, justificando que era necessário investir nesta área, carente de muitas melhorias, pois a Ciência Política seria um instrumento indispensável ao desenvolvimento econômico (MICELI, 1987).

Na perspectiva da Fundação Ford, as Ciências Sociais desempenharam um papel vital na sociedade no sentido de entender quais as escolhas temos que enfrentar na tentativa de prever quais serão os possíveis impactos, para que se possa conhecer as consequências dos atos e o que deles resulta. Houve um grande apoio aos estudos sobre as mulheres e estudos afrodescendentes, o que ampliava a diversidade de donatários, criando centros de pesquisa e possibilitando acesso às oportunidades de instrução universitária para negros e mulheres (MICELI, 1987).

Na década de 70 se iniciou o investimento em maior escala em intercâmbios de pós-graduação, com o apoio de políticas governamentais e redes de agências de financiamento com especialização no fomento de pesquisa e pós-graduação. Os intercâmbios para pós-graduação puderam contar com amplo financiamento da Fundação Ford, outras agências de fomento eram o CNPq, CAPES, FAPESP, FINEP e FNDCT (TRINDADE, 2006).

O período decisivo da expansão das Ciências Sociais e das Ciências Econômicas foram as décadas de 1970-80, posterior ao golpe militar, devido à modernização das universidades. Estas áreas estavam direcionadas à formulação de políticas que necessitavam de conhecimento técnico apurado. A Fundação Ford participou deste fomento concretizando espaços institucionais, permitindo dar continuidade na divisão do trabalho de produção científica, proporcionando recursos aos projetos de envergadura, surgimento de novas lideranças intelectuais, investimentos em temáticas específicas, inovação metodológica e renovação do trabalho intelectual e científico no Brasil, segundo Miceli (1987).

De 1983 a 2005 houve a expansão da área com a diversificação e fragmentação das áreas de ensino e pesquisa, as associações desempenharam papel importante abrindo espaços, com expansão das universidades federais nos últimos anos. Especialmente durante a “transição democrática”, houve a desconcentração do sistema universitário, com maior

articulação nacional através das associações científicas e a fragmentação das temáticas tradicionais das ciências. A CAPES conseguiu manter a transferência de recursos. A ANPOCS colaborou com a diversificação temática em grupos de trabalhos nos seus congressos anuais (TRINDADE, 2006).

A agenda de pesquisa das ciências sociais sofreu diversificação com tendência de fragmentação temática, ecletismo metodológico e interdisciplinaridade, em diversos níveis de institucionalização e profissionalização nas três disciplinas que conseguiram manter. A Fundação Ford e a FINEP possuíam infraestrutura moderna, dinâmica e flexível. Na década de 1990 a pós-graduação estava bastante concentrada no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Houve uma movimentação para criar novos cursos específicos das áreas, não somente concentrado como Ciências Sociais, e muitas vezes fora do eixo RJ-SP, apesar de seu um eixo ainda muito forte (TRINDADE, 2006).

Nas últimas décadas aconteceu uma expansão da pós-graduação na área, ampliando o ensino das ciências sociais, dando mais controle às instituições sobre agenda de estudos e produção acadêmica, inclusive no nível de doutorado. A pós-graduação dentro do país possibilita uma acessibilidade maior à pós-graduação e favorece o processo de construção de uma autonomia com relação às influências exteriores que financiaram e estruturaram a área no país.

Iniciado em 2003, sentimos os efeitos recentes de uma política importante de expansão da educação superior, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior por meio de uma série de medidas, criando condições para promover a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal em ensino superior. Sendo uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), este programa possibilitou a criação de diversos cursos de graduação das áreas de Ciências Sociais, em variadas localidades, aumentando a capilaridade da área. Aumentou também o número de vagas e bolsas de graduação e pós-graduação em uma grande quantidade de universidades que já possuíam estes programas de ensino (portal Reuni-MEC).

A seguir, uma breve descrição das instituições mais relevantes para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil:

A Fundação Ford

Ator central no estabelecimento das Ciências Sociais brasileiras, as áreas prioritárias do programa da Fundação Ford eram: gestão e políticas públicas; direitos humanos e justiça social - que busca consolidação da democracia, pesquisa empírica, defesa dos direitos civis e debate político; meio ambiente e desenvolvimento; pobreza urbana; educação; saúde reprodutiva; direitos civis, liberdade, segurança e bem estar social, independente de raça, classe social, gênero ou privilégio.

A proposta da Fundação era reintegrar pesquisa com ensino, fornecendo elementos para a comunidade científica ajustar conforme as necessidades, ajudando institucionalmente para que tenham mais independência financeira, possibilitando a continuidade da produção de pesquisa e treinamento de alta qualidade. A Fundação Ford apoiou programas de pós-graduação em Ciência Política na DCP/UFMG e IUPERJ e em Antropologia no Museu Nacional/UFRJ, UnB e UNICAMP.

Fonte: A Fundação Ford no Brasil – Organizador Sergio Miceli 1993, São Paulo, SP: FAPESP, Editora Sumaré, 1993.

FAPESP

A FAPESP – Fundação de amparo à pesquisa do estado de São Paulo - é uma instituição de financiamento de pesquisa científica que influenciou bastante o desenvolvimento e institucionalização das Ciências Sociais em São Paulo. Atuou de forma pioneira, sendo a primeira agência de fomento no Brasil a reconhecer a área das Ciências Sociais como relevante e importante área de conhecimento.

Na década de 1940 a comunidade científica paulista iniciou as articulações que pretendiam criar um organismo de apoio e financiamento da pesquisa científica, na forma da Fundação de Fundos Universitários de Pesquisa, que consolidou a idéia do que, futuramente, viria a ser a FAPESP. Existiram vários empreendimentos científicos e em 1951 foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa, a primeira agência nacional de fomento à ciência.

A FAPESP é protegida pela comunidade científica de São Paulo, devido ao seu prestígio. Sua implementação efetiva aconteceu na administração modernizante do governador

Carvalho Pinto, que introduziu o planejamento através do Plano de Ação do Governo do Estado – PAGE, instituindo a FAPESP, com patrimônio próprio.

As bolsas de estudos para o exterior influenciavam na tendência de inspiração nos modelos norte-americanos de instituições científicas e de pesquisa. Em São Paulo havia uma propagação da elite acadêmica da USP, que conquistava posição de prestígio e *status* social por meio do acesso ao ensino superior.

As Ciências Sociais só ganharam espaço de fato na instituição a partir da década de 1970, onde a inserção promovia alto grau de excelência científica. Dos diretores, nenhum foi da área das humanidades e todos eles eram professores da USP, revelando uma conexão muito forte entre estas duas instituições, sendo consideradas entidades irmãs apesar de não terem nenhum vínculo formal.

A distribuição de recursos para as Ciências Sociais, que não está nas áreas predominantes, era praticamente concentrada na UNICAMP e USP. Na Antropologia, 91% dos recursos investidos foram para estas duas universidades; em Sociologia este número é um pouco menor, 74%; e na Ciência Política é de 45%. A FAPESP foi fundamental para o desenvolvimento dessas áreas no Estado de São Paulo.

Fonte: Sobre a história das Ciências Sociais – IDESP 10 – Maria Cecília Spina Forjaz – As Ciências Sociais na FAPESP

As associações científicas em Ciências Sociais no Brasil

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

A ANPOCS, criada em 1977, é uma importante associação científica brasileira em ciências sociais, composta por sócios institucionais. É uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que reúne mais de uma centena de centros de pós-graduação e de pesquisa em Antropologia, Ciência Política, Relações Internacionais, Sociologia, de todo o Brasil. Tem mais de 1200 professores universitários e pesquisadores como afiliados e estudantes da pós-graduação de diversas localidades.

Realiza anualmente, desde 1977 encontros profissionais, marcados pela interdisciplinaridade, atualmente reunindo cerca de 2000 participantes. Existem também seus tradicionais prêmios anuais de melhores teses de doutorado, dissertações de mestrado e obras científicas. É considerado o mais relevante fórum das Ciências Sociais *stricto sensu* no país, discutindo as diretrizes para atuação da Associação, como linhas gerais e prioridades de ensino, pesquisa e continuidade institucional de programas e centros, especialmente importantes para institucionalização e fortalecimento da comunidade brasileira de cientistas sociais, que é caracterizada pela complexidade, sendo dispersa e diversificada (Portal Anpocs).

Esta associação edita a Revista Brasileira de Ciências Sociais, periódico analisado neste trabalho, e também a BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, ela realiza o principal encontro de ciências sociais do país que é realizado desde 1977, tem um número crescente de participantes e promove a interação dos pesquisadores de todas as regiões. A ANPOCS é financiada por agências de fomento do governo e pela Fundação Ford (MARQUES, 2007).

A Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS

A SBS foi criada em 1948, período no qual a sociologia estava em fase de estabelecimento no Brasil. Foram realizados dois congressos buscando fortalecer a sociologia como prática científica, um em 1954 e outro em 1962. Durante a ditadura militar suas atividades foram interrompidas, só voltando em 1985, se reerguendo por meio de um conjunto de sociólogos da época da fundação e outros ligados à ANPOCS. Neste ano houve um congresso, em Belo Horizonte, a partir daí a SBS mantém suas atividades e promove o fortalecimento da sociologia, em especial através de seus congressos bienais (MARQUES, 2007).

A Associação Brasileira de Antropologia – ABA

A ABA foi criada em 1955, durante a Segunda Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador. Em seu início foi espaço para discussão de outras áreas como sociologia e arqueologia, que já possuem suas próprias associações científicas atualmente. Teve problemas

operacionais durante o regime militar, com reuniões dificultadas, não tendo a possibilidade de fazer sua eleição para diretoria por falta de *quórum*. O recomeço das atividades ocorreu na Nona Reunião Brasileira de Antropologia, que aconteceu em Santa Catarina, em 1974, realizando a partir daí reuniões bienais. (MARQUES, 2007)

A Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP

A ABCP foi criada em 1986, sendo a mais recente devido ao estabelecimento tardio da ciência política com relação às outras áreas das ciências sociais. Ficou em estado de hibernação até 1996, quando foi reativada e desde 1998 realiza congressos bienais. Ainda está se estabelecendo, ela busca representar os cientistas políticos brasileiros e circular suas pesquisas entre os pares para fortalecer a área. (MARQUES, 2007)

RBCS

A ANPOCS lançou, em 1986, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, uma das principais revistas de ciências sociais do Brasil, que possui indexação nacional, circula por todo o país e conta com publicações de todas as regiões e publicações internacionais, preocupada em equilibrar as publicações entre as três áreas de estudos das ciências sociais. A publicação pode ser derivada de envio espontâneo do autor, encaminhado a dois pareceristas pelo sistema de arbitragem por pares. É avaliada pelo *Qualis* como um periódico “Internacional A”, representando penetração e repercussão internacional (MARQUES, 2007). É disponível *online* através do portal Scielo com versões latino-americanas, os artigos publicados são resumidos ou indexados em Hispanic American Periodicals Index, DataÍndice, Sociological Abstracts, Sumários Correntes Brasileiros e recebe o apoio do Programa de Apoio a Publicações Científicas do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). (<http://www.scielo.br/revistas/rbcsoc/paboutj.htm>)

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O CONCEITO DE CAMPO DE BOURDIEU

Como a intenção do mapeamento é sistematizar a discussão do campo acadêmico das Ciências Sociais sobre a temática de desigualdades, como base teórica se faz necessária uma revisitação à teoria de campos de Bourdieu. Revisando alguns conceitos importantes do autor compreendemos melhor as nuances da estrutura acadêmica e seus modos de operação, utilizando a tríade *habitus*-campo-capital com o intuito de compreender a complexidade do mundo social, como instrumentos conceituais relacionados.

O *habitus* é produzido pelos “condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência” (BOURDIEU, 2009), ou seja, são sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas cognitivas e motivadoras que agem como princípios que geram e organizam as práticas. Relaciona-se à forma de pensar e agir, que apesar de ser individual possui uma faceta coletiva, fazendo a intermediação da posição e tomada da posição dos sujeitos, contendo todas as influências, que parecem naturais, porém são socialmente construídas.

As estruturas sociais são influenciadas pela ação humana e são mutáveis, atribuindo ao indivíduo a dicotomia em suas formas de agir, pensar e produzir, já que, por um lado, ele não possui total independência, e por outro, também não possui uma estrutura completamente fechada e estável para ser submetido. O conceito de campo é construído relacionado com os conceitos de *habitus* e o de capital simbólico.

O campo é um microcosmo que busca ser autônomo inserido no macrocosmo social, entendendo-se autonomia como a capacidade de determinar os próprios princípios e regras de funcionamento, obedecendo às próprias regras específicas produzidas pelos seus membros, separando entre profissionais e profanos, respectivamente pertencentes ou não pertencentes ao campo. Quanto mais fechado e limitado é, mais difícil é entrar neste campo devido à necessidade de acúmulo de capital específico do campo pelo indivíduo, visto que sua entrada depende do reconhecimento dos seus pares: quanto maior o capital relacionado ao *habitus* do indivíduo maior é sua penetração, avançando da periferia para o centro do campo (BOURDIEU, 2011).

Os campos possuem suas hierarquias e regras, nos quais as ações realizadas se dão em função do *habitus* – representando “filtros” para o ingresso do agente no campo e condicionando seu posicionamento. O conceito fundamental de capital simbólico representa uma forma de reconhecimento dentro do campo, manutenção e reprodução das relações, hierarquias e regras; quanto maior este capital, maior a capacidade do agente de gerar efeitos com as suas atividades e produções, influenciando o seu próprio e os outros campos que se influenciam mutuamente, afinal, os campos tendem a se fechar sobre si, mas isso não garante que eles conseguirão esta autonomia. (BOURDIEU, 1985).

Os campos tendem a se tornar mais autônomos e fechados, onde membros não inseridos possuem baixa influência, precisando adquirir capital simbólico específico do campo para ser considerado, ou seja, é necessário que aumentar seu reconhecimento no campo pelos pares. Esta inserção de alguém de outro campo é mais difícil quanto mais determinado for o *habitus* do campo que se quer entrar. O campo das Ciências Sociais é uma questão relevante para Bourdieu, pois não tende a uma postura fechada, já que seu objeto de estudo, a sociedade, é difuso, complexo e discutido em diferentes meios. Para o autor geralmente os campos são autônomos e tendem a se fechar, porém nas Ciências Sociais isso é controverso, devido ao isolamento que o fechamento do campo iria causar (BOURDIEU, 1985).

A representação do mundo social pelas Ciências Sociais, no campo acadêmico, possui ampla repercussão e divulgação no campo midiático, que por sua vez possui forte influência no campo político. As Ciências Sociais são influenciadas por estes dois campos também, já que o campo midiático apresenta questões sociais relevantes, que acabam entrando na agenda das pesquisas e o campo político é um forte patrocinador de pesquisas, o que também acaba refletindo fortemente na agenda de pesquisa (BOURDIEU, 2009).

Os campos das Ciências Sociais, midiático, político e social são campos com baixa autonomia e são abertos com relação aos outros campos. Analisar a produção acadêmica é importante, pois este campo influencia os campos mencionados acima. A sociedade é o objeto de todos estes campos, na academia as Ciências Sociais a estudam, a mídia a apresenta e a política a regula e todos estes campos debatem sobre a sociedade. Ou seja, estes campos se influenciam mutuamente, influenciam a sociedade e ainda são influenciados por ela. O discurso acadêmico ressoa em outros campos, especialmente o midiático e o político, carregando tom de legitimidade/autoridade sobre o assunto.

3.2 DESIGUALDADES E DESIGUALDADE DE GÊNERO

A justiça é, de maneira geral, uma questão de dar as pessoas o que lhes é devido, tratando-as apropriadamente, sendo uma categoria valiosa para as relações pessoais e para medir as considerações gerais mínimas de tratamentos (FRIEDMAN, 1995). A relevância da desigualdade como categoria de análise social e importância política se inicia no século XIX prosseguindo até 1960, voltado para discussão relacionada às demandas materiais, influenciada fortemente pela teoria marxista.

A desigualdade material é a mais relevante para as Ciências Sociais, tanto quantitativamente quanto com relação à profundidade da abordagem. Fizemos o levantamento além da categoria classe, conceito específico da teoria marxista, da categoria de renda, relacionada a recursos materiais. Quando o termo classe não queria ser empregado, a noção de renda era colocada, demonstrando a importância da desigualdade material para a área, como uma temática que está inserida nas discussões e debates, sendo um aspecto muito considerado na discussão sobre desigualdade.

A crítica marxista analisa o Estado como o poder organizado pela burguesia, que exerce repressivamente a dominação de classe, tornando a democracia impossível. Para transpor este quadro é preciso redistribuição da propriedade, tornando-a comum, acabando com uma das características centrais do modo de produção capitalista: a apropriação privada da riqueza. As diferenças econômicas geram diferenças de representação política dos grupos com intuito de almejar a igualdade, se distanciando das questões sociais com relação às condições econômicas da base (PIO e PORTO, 1998). A noção de justiça distributiva advém da consideração sobre o conjunto de pessoas que constituem um sistema social e não compartilham de forma justa os fardos e benefícios da cooperação social (FRIEDMAN, 1995).

A luta por reconhecimento tornou-se a forma paradigmática de conflito político no fim do século XX, segundo Fraser (2001). Houve uma emergência das demandas pós-materiais por reconhecimento das diferenças, devido à multiplicidade de demandas relacionadas também à identidade cultural. A redistribuição econômica deixa de ser considerada como o único remédio para injustiças e objetivo de lutas políticas, levando em conta que os dois aspectos muitas vezes estão entrelaçados e apoiando um ao outro. A questão de identidade cultural remete à problemática de padrões sociais de representação, que promovem dominação

cultural ou simbólica e desrespeito, sistematicamente prejudicando grupos em detrimento de outros.

Rawls (2008) apresenta uma discussão sobre justiça e equidade que é significativa na filosofia política, sendo um dos mais influentes trabalhos em teoria política contemporânea. Propõe uma avaliação das instituições sociais, buscando imparcialmente princípios de justiça em prol do bem-comum. Para ele a noção de justiça é uma estrutura básica da sociedade e deve ser considerada equivalente à equidade, pois a sociedade é caracterizada pelo conflito, mesmo organizada em cooperações, devido aos interesses diversos.

Para o autor, os conflitos de interesses podem causar sérios danos à sociedade e para que tal cooperação seja viável é necessário ter coordenação ou concordância entre os indivíduos com relação à concepção de justiça; objetivos sociais eficientes devem ser compatíveis com a justiça e estabilidade. Logo, o caos de exigências conflitantes exige uma concepção de justiça para guiar estas relações. Rawls propõe um pacto social, um acordo hipotético sobre os princípios de justiça, para ele aplicar estes princípios é alcançar a justiça, os resultados serão justos se as regras forem seguidas.

Seu conceito de justiça é sinônimo de equidade, trabalhando a teoria de justiça distributiva, com ênfase nos seus conceitos de “posição original” e de véu da ignorância. Os princípios são alcançados por meio de juízos ponderados, em equilíbrio reflexivo, no momento da posição original sob o véu da ignorância. A posição original é um artifício importante que proporciona o momento de igualdade para deliberação sobre os direitos e deveres. A justiça é uma virtude e é estrutura básica da sociedade, desempenhando papel fundamental na estruturação das instituições sociais, nas quais a injustiça só é tolerada para evitar injustiça maior - é importante que as instituições devam almejar e realizar a justiça. A ênfase é no interesse comum a todas as partes, pois a sociedade é uma cooperação com o objetivo de obter benefícios mútuos, porém tais interesses podem gerar conflitos relacionados à distribuição dos benefícios que surgiram da colaboração.

Os princípios agem determinando os ajustes sociais: princípios de justiça social determinam direitos e deveres, distribuição de benefícios e encargos de cooperação. A convivência pública se dá pelo desejo geral de justiça, que é fundamental para boa ordem. As instituições são justas quando não há distinção entre as pessoas, com relação a direitos e deveres, e com regras que estabelecem um equilíbrio. Pessoas livres e racionais, com os mesmos interesses, numa posição de igualdade definem previamente como serão reguladas as

ações. Esta igualdade proporciona o comportamento em favor do coletivo, portanto justiça é equidade nesse sentido: todos eram iguais na origem (hipoteticamente). A justiça possui dois princípios: ampla liberdade (principalmente política – todos com os mesmos direitos básicos) e desigualdades (econômicas e sociais) com vantagens para todos, desde que favoreça quem está em situação pior.

Esta deliberação hipotética é importante para se chegar aos princípios de justiça de Rawls (2008) e conta com uma série de especificidades. Na posição original existe consciência, equidade e liberdade para deliberar sobre os direitos e deveres; é um momento de igualdade ou de justiça como equidade por causa do véu da ignorância, que impede as partes de ter conhecimento sobre fatos específicos sobre sua situação; as partes são racionais e desinteressadas (no sentido de não ter interesses particulares), garantindo que ninguém seja favorecido ou desfavorecido neste momento; as partes somente sabem fatos gerais para tomar uma decisão racional e devem sempre atentar para a prioridade do justo sobre o bem. Tal estruturação irá fomentar dois princípios imparciais basilares de justiça, o princípio da igualdade e o princípio da diferença.

O pacto prossegue pela sua aceitação reiterada, pelas ações das instituições que se regem segundo os princípios de justiça; o princípio da igualdade garante as liberdades individuais para que cada pessoa possa alcançar sua concepção de bem; o princípio da diferença assegura que os menos favorecidos da sociedade possuam o maior benefício possível e possuam igualdade de oportunidades. O importante é maximizar a justiça social e nenhuma liberdade pode ser sacrificada para aumentar o bem da maioria, só se pode recompensar recursos e aptidões individuais se tal atitude for favorável ao bem-comum, retomando a ideia de que a pior situação possível na sociedade deve ser a melhor que ela puder ser, logo não se pode diminuir as condições de alguém para a maioria ser favorecida.

Segundo a regra de opção *maximin* na posição original, a pessoa não sabe sua identidade e não sabe também a probabilidades estatísticas de ter tal característica ou não, produzindo decisões imparciais e racionais, ou seja, que a pior situação que ela se encontre seja a melhor possível, mesmo que isso signifique que se ela tiver alguns méritos eles não serão recompensados individualmente, a não ser que tal atividade traga um bem-comum. Deste modo, Rawls rompe com a ideia meritocrática de justiça.

A sociedade bem ordenada é sistema de cooperação para benefício recíproco, regulado por princípios que as pessoas que escolheriam racionalmente numa situação inicial equitativa, logo optam que a pior situação seja a melhor possível, beneficiando aos menos favorecidos.

As instituições protegerão as liberdades essenciais, o mercado competitivo e a propriedade (RAWLS, 2008).

Já Phillips argumenta que a injustiça é a desigualdade que não traz vantagens para todos. Por isso, deve haver equitativa igualdade de oportunidades. As diferenças de talento não devem ser ignoradas ou eliminadas, elas devem trabalhar a favor dos menos favorecidos, tendendo à igualdade pela cooperação humana. O princípio da utilidade média – que leva em conta que a distribuição igual, quando favorável a todos, deve ser realizada – dá prioridade à maximização da unidade média, e não à maximização total. Sobre a justiça, política e constituição: é relevante constatar que a participação de todos os cidadãos é importante para determinar os resultados das leis que terão que cumprir (PHILLIPS, 2011).

Para Fraser (2001) os dilemas da justiça são o reconhecimento e a redistribuição. O “reconhecimento das diferenças” é uma luta pós-socialista que substitui os tradicionais interesses de classe pelos da identidade do grupo, mobilizado politicamente, defendendo a nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade, contra a dominação cultural. Ou seja, a redistribuição socioeconômica não serviria como único remédio contra injustiças.

Desrespeito cultural a desvantagem econômica estão relacionados, entrelaçados e se apoiando um ao outro. É necessário, segundo a autora, criar uma teoria crítica do reconhecimento, para defender e identificar estas versões da política cultural da diferença combinando de forma coerente com a política social da igualdade. Ela aborda os paradigmas culturais e socioeconômicos de gênero e raça, para avaliar o ponto de vista da igualdade social e na contestação das injustiças. É um campo de pouca coerência pragmática e alta complexidade. A injustiça econômica se dá pela exploração, marginalização econômica e privação. A injustiça cultural se dá pelos desvios de representação, interpretação e comunicação (FRASER, 2001).

Tais injustiças estão interligadas e produzem ciclos viciosos de subordinação cultural e econômica. Os remédios para essas injustiças seriam reestruturação político-econômica, “redistribuição” e mudança cultural, reavaliação positiva dos injustiçados, e “reconhecimento”, alterando a individualidade na forma de percepção. Fraser estabelece duas abordagens amplas contra a injustiça, a “afirmação” e a “transformação”, que pretendem corrigir resultados indesejáveis no contexto social. A primeira não incomoda a estrutura que gera a injustiça, remediando as condições injustas. A segunda age pela reestruturação desta armação que produz as injustiças. Relacionando os aspectos da injustiça, redistribuição e reconhecimento, a autora gera quatro orientações políticas, combinando estes remédios (FRASER, 2001).

As desigualdades, de um modo geral, devem ser questões discutidas devido às limitações que impõem aos contextos de promoção dos direitos básicos dos indivíduos, ressaltando as opressões causadas por dominações que acabam gerando violências morais e físicas, que interferem na autonomia daqueles que as sofrem. É uma questão política relevante e objeto de estudo das ciências sociais, fundamental para repensar as relações democráticas. (BIROLI, 2010)

A desigualdade, em um cenário de representação política, estabelece uma clivagem entre representantes e representados, porém o sistema político é sensível às diversas formas de desigualdades, com relação a renda, classe, raça, gênero etc (MIGUEL *et al*, 2012). Considerando a igualdade como um critério de justiça, especialmente com relação ao sistema político, e levando em conta os fundamentos liberais de direitos individuais iguais, de liberdade individual e autonomia e autogoverno do indivíduo, podemos observar que as mulheres estão deslocadas destes sistemas, onde as relações sociais se reproduzem e se definem por critérios masculinos, vários outros grupos minoritários também estão deslocados por não estarem na posição dominante (BIROLI, 2010).

No caso das mulheres, vê-se que as possibilidades de autodeterminação das mulheres são limitadas, assim como as suas alternativas de escolha, pois são determinadas a partir do masculino. Sua cidadania é limitada, devido a essa posição de desvantagem advinda das relações de opressão, dificultando o acesso aos seus direitos, como, por exemplo, direito ao próprio corpo, que é fundamental para a justificação dos direitos liberais individuais. Existe a problematização destas questões nas ciências sociais e na teoria política e é importante observarmos as características dessa produção e localizar a discussão sobre essa temática. A desigualdade de gênero é estruturante em nossa sociedade, sendo fundamental pesquisar sobre esse ponto, devido à tamanha relevância sendo tão determinante em vários quesitos das relações sociais. Deste modo, o presente trabalho busca entender se esse ponto, teoricamente admitido como relevante pela tradição mais crítica da Ciência Política, é trabalhado pelas ciências sociais brasileiras.

O mapeamento da discussão sobre desigualdade de gênero é importante para identificar as características destes discursos acadêmicos que podem indicar a posição da Ciência Política brasileira com relação ao debate internacional nas questões de gênero. Por meio da análise das fontes bibliográficas e dos conceitos utilizados, é possível também identificar qual é o perfil dos produtores destes discursos, sua origem acadêmica e sua

formação, mostrando também além das temáticas, como elas são desenvolvidas e quais autores são utilizados como referência bibliográfica, o que permite avaliar a influência dos debates nacionais e internacionais.

Após verificar uma quantidade significativa de autores/as que apontam esta desigualdade nas análises preliminares da pesquisa, porém não a problematizam e nem desenvolvem a ideia, esta foi a desigualdade escolhida para uma análise mais específica na pesquisa. Além da análise descritiva das outras desigualdades que foram encontradas, será feito um levantamento comparativo do tema específico de desigualdade de gênero.

4. ANÁLISE DOS DADOS

➤ A Revista e a autoria

Os dados analisados nesta monografia se referem aos artigos publicados na Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS. No total foram analisados 695 artigos, publicados em 26 volumes e 77 números publicados desde sua primeira publicação, em 1986, até 2011. Destes artigos, 420 tratam sobre a temática de desigualdade. Em pesquisa anterior sobre a discussão da temática da democracia nos artigos acadêmicos brasileiros, Marques (2007) identifica que no início da RBCS até 1992 o número de artigos publicados era menor, e foi se estabelecendo definitivamente a partir de 1998, já que a estabilidade no número de artigos publicados influencia a avaliação do periódico pela CAPES, pelo sistema *Qualis*, que leva em consideração diversos aspectos, cobrando mais estabilidade da revista. Nesta pesquisa verifica-se que a partir de 2007 o número de artigos aumentou em alguns números, o que significa que a revista cresceu ainda mais, recebendo muitos artigos para avaliação, o que é positivo já que possuem estabilidade e já está qualificada como A1, a melhor qualificação da *Qualis*.

Na RBCS existe uma predominância de autores do sexo masculino. Participando da autoria de todos os artigos analisados temos 377 mulheres e 846 homens, ou seja, 69% dos autores são do sexo masculino. Outro dado relevante é que 66% dos artigos não possuem nenhuma mulher na autoria, enquanto apenas 25,9% não possui nenhum homem como autor. Verifica-se, portanto, que há uma clara divisão sexual do trabalho acadêmico quando se trata da produção em ciências sociais.

Com relação à instituição em que os autores estavam atuando na época que publicaram o artigo, temos uma predominância clara das instituições de ensino e pesquisa da região sudeste, pois em todas as categorias analisadas (na base de dados completa e nos artigos que possuem a temática de desigualdade ou democracia e naqueles que especificamente tratam sobre desigualdade de gênero), a USP é predominante em quantidade de artigos publicados. Relembrando a teoria de campos do Bourdieu, podemos identificar como o eixo Rio-SP está inserido no centro do campo – em uma posição central, que determina as regras de acesso e ascensão no campo, determinando a distribuição de capital simbólico, ou seja, de reconhecimento. Esse eixo possui um capital simbólico muito elevado, concentrando os principais periódicos do país e o volume de publicações. Vimos anteriormente que no desenvolvimento das Ciências Sociais essa foi a região que mais recebeu apoio na

institucionalização da área e auxílio financeiro, e é nessa região que a produção acadêmica se mantém concentrada.

Tabela 1 – Número de ocorrência e frequência de instituições na RBCS, entre 1986 e 2011, por temática.

Geral			Desigualdade			Democracia			Gênero		
USP	95	13,50%	USP	53	12,30%	USP	46	13,70%	USP	13	10,00%
UFRJ	51	7,20%	UFRJ	35	8,10%	UFRJ	22	6,50%	UFRGS	8	6,20%
UNICAMP	46	6,50%	UNICAMP	27	6,30%	UNICAMP	20	6,00%	UFRJ	8	6,20%
UFMG	37	5,20%	UFMG	24	5,60%	UFMG	17	5,10%	UNICAMP	8	6,20%
UnB	33	4,70%	UnB	19	4,40%	UnB	17	5,10%	UnB	7	5,40%
UERJ	26	3,70%	UERJ	17	3,90%	UERJ	15	4,50%	UERJ	6	4,60%
IUPERJ	24	3,40%	IUPERJ	16	3,70%	IUPERJ	13	3,90%	UFMG	5	3,80%
UFRGS	22	3,10%	UFRGS	16	3,70%	UFPE	12	3,60%	IUPERJ	4	3,10%
UFPE	21	3,00%	UFPE	11	2,50%	UFRGS	9	2,70%	UFBA	3	2,30%
UFSCar	17	2,40%	UFSCar	10	2,30%	UFSCAR	9	2,70%	UFJF	3	2,30%
UFSC	12	1,70%	UFPR	6	1,40%	UFSC	7	2,10%	UFSCar	3	2,30%
(n)	706	100,00%	(n)	432	100,00%	(n)	336	100,00%	(n)	130	100,00%

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Pela tabela podemos notar que a UnB é a principal instituição que não pertence à região sudeste, com relação a número de publicações. Quando os artigos abordam a questão de gênero, além da concentração do sudeste e da UnB, temos também uma quantidade relevante de publicação da UFRGS nessa temática. É interessante notar como os perfis da temática de desigualdade e democracia com relação às instituições são parecidos entre si e se assemelham ao levantamento geral de todos os artigos. Analisaremos estas categorias posteriormente.

Este perfil institucional permanece o mesmo até quando pelo menos uma mulher participa da autoria deste artigo, o que é um dado curioso, já que a autoria de mulheres é comparativamente tão divergente. Isso significa que o centro do campo está bastante determinado e delimitado: a grande parcela da produção em variados assuntos relevantes nas Ciências Sociais possui a amplitude das publicações derivadas da região sudeste, com publicações da UnB e da UFRGS como instituições que publicam bastante e que não estão nesta região, mas que não se destacam entre as primeiras colocações - somente na discussão de gênero a UFRGS aparece em terceira colocação.

Tabela 2 – Número de ocorrência e frequência de instituições na RBCS, entre 1986 e 2011, quando pelo menos uma mulher é autora do artigo.

Instituição da/o autor/a	Ocorrência	%
USP	41	14,40%
UNICAMP	26	9,10%
UFRJ	23	8,10%
UERJ	17	6,00%
UnB	14	4,90%
IUPERJ	12	4,20%
UFMG	11	3,90%
UFRGS	8	2,80%
(n)	695	100%

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Dando continuidade ao perfil dos/as autores/as dos artigos publicados na RBCS, podemos identificar uma postura receptiva de artigos escritos por estrangeiros, sendo por volta de 16 e 17%, e no caso de estrangeiros que moram no Brasil uma porcentagem bem pequena de publicações. Entretanto, quando se leva em consideração algum nível de abordagem relacionada à temática de desigualdade de gênero, temos uma postura consideravelmente mais receptiva, quando 25,7% das publicações advém de autores estrangeiros e, no caso de uma profundidade maior com relação a abordagem desta temática, quando efetivamente se discute a desigualdade de gênero, 30% das publicações são de autoria estrangeira.

Tabela 3 – Número de ocorrência e frequência de autores na RBCS, entre 1986 e 2011 com relação a sua origem de nacionalidade, se é ou não estrangeiro e trabalha no Brasil.

Origem	Geral	Desigualdade	Democracia	Aborda gênero	Discute gênero
brasileira	569 (81,90%)	339 (80,70%)	277 (82,70%)	88 (77,90%)	35 (79,50%)
estrangeira	115 (16,50%)	74 (17,60%)	59 (17,60%)	29 (25,79%)	13 (29,50%)
estrangeira trabalha no Brasil	29 (4,20%)	18 (4,30%)	10 (3,00%)	3 (2,70%)	0 (0%)
TOTAL OBS. *	695 (100%)	420 (100%)	335 (100%)	113 (100%)	44 (100%)**

*referente a total de artigos; há mais autores.

**Geral (n) = 713; Desigualdade (n) = 431; Aborda gênero (n) = 120; Discute gênero (n) = 48.

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

As áreas disciplinares dos autores/as são equilibradas nas três principais áreas das Ciências Sociais, sendo as principais áreas de publicação da revista Sociologia, Ciência Política, Antropologia e Ciências Sociais, com uma concentração maior na Sociologia.

Tabela 4 - Número de ocorrência e frequência da área disciplinar dos autores na RBCS, entre 1986 e 2011.

Área disciplinar	Nº (%)
Sociologia	258 (37,1%)
Ciência Política	218(31,3%)
Antropologia	156 (22,4%)
Ciências Sociais	40 (5,7%)
Economia	22(3,1%)
História	17 (2,4%)
filosofia	11 (1,5%)
Relações Internacionais	9 (1,2%)
(n)	695 (100%)

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Os principais autores que publicam mais artigos na revista podem ser observados nas tabelas seguintes:

Tabela 5 - Principais autores em números de artigos publicados na RBCS de 1986 a 2011.

Autoras/res principais	Artigos
GRÜN, Roberto	9
REIS, Elisa Pereira	8
MELO, Marcus André	7
MARQUES, Eduardo Cesar Leão	6
ORTIZ, Renato	6
ARRETCHE, Marta	5
FREITAS, Renan Springer de	5
LOUREIRO, Maria Rita	5
PRZEWORSKI, Adam	5
REIS, Fábio Wanderley	5
SOARES, Gláucio Ary Dillon	5
(n)	695

Fonte: a autora a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Computando todos os artigos da revista, a tabela mostra os autores que têm mais publicações de artigos. Entre os onze que mais publicam há três mulheres. A maioria destes autores está em instituições localizadas na região sudeste, o que mostra novamente a concentração da produção na região. Na próxima tabela observamos os principais autores em número de artigos publicados na RBCS com relação à temática de desigualdade e com relação à temática de democracia. Podemos observar que os primeiros autores da tabela anterior, que

mostrava os autores sem seleção de temas, contabilizando todos os artigos da revista no período, se repetem aqui e os três primeiros são também os principais com relação a essas duas temáticas.

Tabela 6 - Principais autores em números de artigos publicados abordando a temática de desigualdade e abordando a temática de democracia, na RBCS de 1986 a 2011.

Aborda Desigualdade	Artigos	Aborda Democracia	Artigos
MELO, Marcus André	6	REIS, Elisa Pereira	7
REIS, Elisa Pereira	5	MELO, Marcus André	6
GRÜN, Roberto	4	GRÜN, Roberto	5
MARQUES, Eduardo Cesar Leão	4	PRZEWORSKI, Adam	5
MIGUEL, Luis Felipe	4	DINIZ, Eli	4
ORTIZ, Renato	4	LOUREIRO, Maria Rita	4
SOARES, Gláucio Ary Dillon	4	MIGUEL, Luis Felipe	4
		REIS, Fábio Wanderley	4
(n)	487	(n)	391

Fonte: a autora a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Na tabela 7 cruzamos a quantidade de artigos que abordam as duas temáticas:

Tabela 7 - Número de ocorrência e frequência de associação das temáticas de desigualdade e democracia nos artigos da RBCS de 1986 a 2011.

Desigualdade/democracia	sim	não	TOTAL
sim	244 (35,10%)	176 (25,30%)	420 (60,40%)
não	91 (13,10%)	184 (26,50%)	275 (39,60%)
TOTAL	335 (48,20%)	360 (51,80%)	695 (100%)

Fonte: a autora a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Nesta tabela podemos observar que aproximadamente 60% dos artigos abordam a temática de desigualdade, o que é um número alto considerando a diversidade de assuntos e de áreas nas ciências sociais. Vê-se que questões envolvendo desigualdades são recorrentes nesse meio acadêmico e merecem atenção, sendo uma importante questão na sociedade, relacionada com várias abordagens, especialmente a democracia.

No levantamento de todos os artigos da RBCS apenas 26% dos artigos não abordavam nem a temática de democracia, nem de desigualdade. 48% dos artigos da revista tratam do tema democracia; destes artigos, 73% possuem pelo menos um autor da área de Ciência Política, demonstrando uma alta dominância do assunto. A teoria política contemporânea aborda os temas democracia e desigualdade de forma bastante conectada, e um indicar disso é

que podemos observar que 35% do total de artigos analisados abordavam os dois temas. Dos artigos que tratam do tema desigualdade, 75% destes também tratam do tema da democracia e somente 13% dos artigos mencionavam democracia sem mencionar desigualdade.

Tabela 8 - Número de ocorrência e frequência das temáticas de democracia, em todos os artigos, associadas a desigualdade e associadas à temática de gênero nos artigos da RBCS de 1986 a 2011.

Democracia	Geral	%	Desigualdade	%	Gênero	%
sim	335	48,20%	244	58,10%	58	51,30%
não	360	51,80%	176	41,90%	55	48,70%
TOTAL	695	100%	420	100%	113	100%

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Analisando mais profundamente a temática de democracia, observamos que quase 60% dos casos que abordaram democracia abordaram desigualdade. A temática desigualdade de gênero somente apenas aparece em 58 dos 335 artigos que tratam sobre democracia. Quando abordam a desigualdade de gênero, 51% abordam também o tema da democracia.

O último dado sobre os autores refere-se à sua titulação. Entre 807 autores não conseguimos identificar a titulação de praticamente um quarto das autoras/res, entretanto com as observações que restam encontramos que 594 autoras/res eram doutores já na época de publicação do artigo, representando 73% das publicações feitas por níveis de formação bastante alto. Houve também 70 doutorandos e 32 que estavam em outra situação de titulação inferior.

➤ A metodologia dos artigos

Os artigos da RBCS foram analisados quanto à abordagem somente quando possuíam ou a temática de democracia ou de desigualdade. Isso significa que os 184 artigos que não abordam nenhuma dessas temáticas não foram avaliados quanto à abordagem. Essa abordagem foi classificada como predominantemente empírica ou não empírica. Quando não empírica, podemos chamar de abordagem teórica, que trabalha com definição/elaboração/discussão de conceitos, construção de hipóteses sem teste empírico, discussão sobre o pensamento de escolas de pensamento ou sobre conjunto de ideias de

autores específicos. Quando é empírica trabalha com a apresentação de resultados/informações / evidências cuja coleta derive de pesquisa para fundamentar o argumento central do texto ou abordar o objeto de pesquisa. Esta abordagem empírica pode ser predominantemente qualitativa ou quantitativa – com instrumentos analíticos que independem da interpretação do autor para definição de valores. Na qualitativa, a interpretação do pesquisador é essencial para a obtenção dos resultados (MIGUEL *et al*, 2012).

Tabela 9 – Número de ocorrências e frequência do tipo de abordagem metodológica predominante nos artigos da RBCS, de 1986 a 2011.

Abordagem	Geral *	Desigualdade	Democracia	Gênero
não empírica	315 (61,6%)	263 (62,6%)	215 (64,2%)	65 (57,5%)
empírica	196 (38,3%)	157 (37,4%)	120 (35,8%)	48 (42,5%)
TOTAL	511 (100%)	420 (100%)	335 (100%)	113(100%)

*"Geral" sem contar aqueles que não abordam nem desigualdade nem democracia.

Fonte: a autora a partir dos dados da pesquisa "Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política".

Na abordagem geral, sem os casos que não abordam nem democracia, nem desigualdade, possuímos o padrão estabelecido em todas as temáticas, de predominância teórica na revista. Com relação a todas as abordagens, aproximadamente 60% é teórico e aproximadamente 40% empírica. Esta empiria tem seu aspecto peculiar devido à ampla produção da Antropologia na revista, que, segundo Marques (2007), tenta equilibrar os números de artigos das três áreas.

Tabela 10 - Número de ocorrências e frequência do tipo de empiria predominante, se qualitativa ou quantitativa, nos artigos da RBCS, de 1986 a 2011

Empiria	Geral *	Desigualdade	Democracia	Gênero
Qualitativa	119 (60,7%)	99 (63,1)	70 (58,3%)	26 (54,2%)
Quantitativa	77 (39,3%)	58 (36,9%)	50 (41,7%)	22 (45,8%)
TOTAL	196 (100%)	157 (100%)	120 (100%)	48 (100%)

*Geral sem contar aqueles que não abordam nem desigualdade nem democracia.

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa "Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política".

Quando à abordagem metodológica dos artigos empíricos, em aproximadamente 60% dos casos a empiria será qualitativa. É o caso das etnografias, método empírico qualitativo muito utilizado na Antropologia. Isolando-se os artigos da Antropologia (pelo menos um/a autor/a antropólogo/a), cerca de 85% dos seus artigos empíricos usam abordagem metodológica qualitativa. Quando se aborda a desigualdade de gênero existe uma pequena diferença percentual: há um aumento de cinco pontos percentuais nos casos quantitativos e diminuição dos qualitativos, provavelmente porque abordando-se essa temática muitas vezes utilizam-se dados que vão demonstrar as situações de desvantagens das mulheres na sociedade.

➤ **A discussão sobre desigualdades e análise bibliográfica**

Iniciaremos as discussões sobre as desigualdades mostrando a tabela que apresenta uma característica dos artigos que é relevante para a discussão de gênero.

Tabela 11 - Número de ocorrências e frequência dos artigos que eram ou não tradução, em todos os artigos e de acordo com as temáticas de desigualdade, democracia e gênero no artigos da RBCS de 1986 a 2011.

Tradução	Geral	Desigualdade	Democracia	Gênero
sim	82 (11,8%)	55 (13,1%)	48 (14,3%)	21 (18,6%)
não	613 (88,2%)	365 (86,9%)	287 (85,7%)	92 (81,4%)
TOTAL	695 (100%)	420 (100%)	335 (100%)	113 (100%)

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Observando proporcionalmente a quantidade de artigos traduzidos para o português conseguimos identificar que a tradução de textos que abordam a desigualdade de gênero é maior que as outras temáticas e se aproxima do número percentual de traduções dos artigos que efetivamente discutem a desigualdade de gênero, 18,2%. Como veremos a seguir, a discussão de desigualdade de gênero é bastante periférica no campo das Ciências Sociais no Brasil. Esse número mais alto de traduções indica uma “importação do conhecimento”, da postura receptiva com relação à teoria e filosofia política relacionada à temática de justiça, especialmente dos Estados Unidos e da Europa – não houve nenhuma tradução que não pertence a esse eixo abordando esta temática.

Observando as referências bibliográficas conseguimos encontrar quais são os respaldos teóricos e as influências nas áreas e nas temáticas e quem são os mais reconhecidos como referências. Na tabela a seguir temos os autores mais citados na referência bibliográfica com

relação a todos os artigos da revista. Nela podemos observar a alta concentração de autores estrangeiros. Em um periódico brasileiro, no qual a maioria dos autores que publicam são brasileiros, somente aparecem dois autores brasileiros como autores mais citados nas referências, Fernando Limongi e Florestan Fernandes. Outro aspecto relevante é a ausência de alguma mulher como referência mais citada, que demonstra a forte dominância masculina no meio acadêmico.

Tabela 12 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos da RBCS, de 1986 a 2011.

Mais citados geral	Nº	%
BOURDIEU, Pierre	113	16,2%
WEBER, Max	73	10,5%
HABERMAS, Jürgen	59	8,4%
FOUCAULT, Michel	41	5,8%
LIMONGI, Fernando	40	5,7%
ELIAS, Norbert	37	5,3%
DURKHEIM, Émile	35	5,0%
FERNANDES, Florestan	34	4,8%
GIDDENS, Anthony	33	4,7%
GEERTZ, Clifford	32	4,6%
(n) artigos	695	100%

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Nos artigos que tratavam da temática de democracia os autores mais citados são:

Tabela 13 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos que abordam democracia da RBCS, de 1986 a 2011.

Mais citados democracia	Nº	%
BOURDIEU, Pierre	40	11,9%
HABERMAS, Jürgen	37	11,0%
WEBER, Max	31	9,2%
LIMONGI, Fernando	26	7,7%
PRZEWORSKI, Adam	24	7,1%
ELSTER, Jon	19	5,6%
MAINWARING, Scott	19	5,6%
DAHL, Robert	17	5,0%
FERNANDES, Florestan	17	5,0%
SANTOS, Wanderley Guilherme dos	17	5,0%
SARTORI, Giovanni	17	5,0%
FIGUEIREDO, Argelina	16	4,7%
CARDOSO, Fernando Henrique	15	4,4%
(n)	335	100%

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

A dominância masculina nos autores mais citados também é visível quando observamos quem são os/as mais citados/das nos artigos que abordam as temáticas

democracia e desigualdade. Na tabela acima, entre as referências mais utilizadas quando o artigo trata de democracia, temos apenas uma mulher, Argelina Figueiredo. Na tabela abaixo, que apresenta os autores mais citados nos artigos que abordam o tema desigualdades, nenhuma mulher está entre os mais citados.

Tabela 14 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos que abordam desigualdade da RBCS, de 1986 a 2011.

Mais citados desigualdades	Nº	%
BOURDIEU, Pierre	83	19,7%
HABERMAS, Jürgen	44	10,4%
WEBER, Max	40	9,5%
FERNANDES, Florestan	29	6,9%
FOUCAULT, Michel	29	6,9%
ELIAS, Norbert	21	5,0%
ELSTER, Jon	20	4,7%
GIDDENS, Anthony	20	4,7%
LIMONGI, Fernando	20	4,7%
FREYRE, Gilberto	18	4,2%
DA MATTA, Roberto	17	4,0%
DURKHEIM, Émile	17	4,0%
GEERTZ, Clifford	17	4,0%
(n)	420	100%

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Nos artigos que tratam de desigualdade de gênero, as principais referências bibliográficas são:

Tabela 15 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos que abordam desigualdade de gênero da RBCS, de 1986 a 2011.

Mais citados nos artigos que abordam desigualdade de gênero	Nº	%
BOURDIEU, Pierre	23	52,2%
HABERMAS, Jürgen	10	22,7%
ELSTER, Jon	8	18,1%
GIDDENS, Anthony	8	18,1%
BECK, Ulrich	7	15,9%
FOUCAULT, Michel	7	15,9%
WEBER, Max	7	15,9%
ZALUAR, Alba	7	15,9%
ELIAS, Norbert	6	13,6%
FRASER, Nancy	6	13,6%
OLIVEIRA, Francisco de	6	13,6%
RAWLS, John	6	13,6%
SCOTT, Joan	6	13,6%
(n)	44	100%

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Podemos observar uma postura receptiva da área nas citações bibliográficas. Em todas as temáticas Bourdieu é o mais citado, em 16,2% de todos os artigos da revista. Habermas também possui um destaque em todas as temáticas analisadas. Weber está levemente deslocado da discussão, apesar de ser o segundo mais citado com relação a todos os artigos da revista. Depois de Bourdieu, Habermas é mais citado que ele quando observamos as temáticas e quando observamos a abordagem de desigualdade de gênero Weber é bem menos citado e outros autores ganham maior visibilidade, como Jon Elster, Anthony Giddens, Beck Ulrich e Michael Foucault.

Mencionando novamente a dominância masculina, mesmo nos artigos que discutem a desigualdade de gênero, a quantidade de mulheres como autoras mais citadas é muito baixa. Há somente duas autoras feministas que são expressivamente citadas, Nancy Fraser e Joan Scott, em uma temática que é extremamente trabalhada nos estudos feministas. Na tabela abaixo estão os/as mais citados/as da Ciência Política e novamente há somente uma mulher, Argelina Figueiredo.

Tabela 16 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos da RBCS que pelo menos um autor é de Ciência Política, de 1986 a 2011.

Mais citados em Ciência Política	Nº	%
LIMONGI, Fernando	32	10,1%
MAINWARING, Scott	21	6,6%
PRZEWORSKI, Adam	20	6,3%
FIGUEIREDO, Argelina	19	6,0%
HABERMAS, Jürgen	18	5,7%
WEBER, Max	18	5,7%
SARTORI, Giovanni	17	5,4%
DAHL, Robert	15	4,7%
ELSTER, Jon	15	4,7%
SANTOS, Wanderley Guilherme dos	15	4,7%
AVRITZER, Leonardo	11	3,5%
BOURDIEU, Pierre	11	3,5%
CARDOSO, Fernando Henrique	11	3,5%
LAMOUNIER, Bolívar	11	3,5%
(n)	314	100%

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Aqui podemos ver mais autores nacionais, que servem de referência na área, como Limongi, Figueiredo, Santos, Avritzer, Cardoso e Lamounier. Apesar de mais referências

internas aparecerem, cabe ressaltar que pouquíssimas mulheres apareceram como mais citadas. Entre as ocorrências com relação a todos os artigos, nenhuma mulher está em destaque; na de democracia, temos apenas Argelina Figueiredo; na temática de desigualdade não temos nenhuma mulher entre os mais citados; quando abordam desigualdade de gênero, somente Alba Zaluar, Nancy Fraser e Joan Scott ganham mais citações, entretanto ainda assim não possuem uma posição de muito destaque; e nos artigos de autores da Ciência Política temos apenas uma referência muito citada que é mulher – novamente, Argelina Figueiredo. Isso mostra a reprodução da divisão sexual do trabalho acadêmico, em um campo estabelecido como área masculina no qual as mulheres ainda estão conquistando posições. Na próxima tabela veremos os/as mais citados em artigos de autoria feminina.

Tabela 17 - Número de ocorrências e frequência dos autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos que pelo menos uma autora é mulher RBCS, de 1986 a 2011.

Autores mais citados	Pelo menos autora mulher	Somente autores homens
BOURDIEU, Pierre	49 (7,0%)	64 (9,2%)
WEBER, Max	22 (3,1%)	51 (7,3%)
HABERMAS, Jürgen	14 (2,0%)	45 (6,4%)
FOUCAULT, Michel	15 (2,1%)	26 (3,7%)
ELIAS, Norbert	12 (1,7%)	25 (3,5%)
DURKHEIM, Émile	13 (1,8%)	22 (3,1%)
FERNANDES, Florestan	15 (2,1%)	19 (2,7%)
LIMONGI, Fernando	13 (1,8%)	21 (3,0%)
GIDDENS, Anthony	11 (1,5%)	22 (3,1%)
GEERTZ, Clifford	14 (2,0%)	18 (2,5%)
LÉVI-STRAUSS, Claude	12 (1,7%)	17 (2,4%)
PRZEWORSKI, Adam	9 (1,2%)	20 (2,8%)
FREYRE, Gilberto	12 (1,7%)	16 (2,3%)
ELSTER, Jon	4 (0,5%)	22 (3,1%)
MARX, Karl	8 (1,1%)	17 (2,4%)
CARDOSO, Fernando Henrique	8 (1,1%)	16 (2,3%)
DA MATTA, Roberto	11 (1,5%)	13 (1,8%)
DUMONT, Louis	11 (1,5%)	13 (1,8%)
SANTOS, Wanderley Guilherme dos	9 (1,2%)	14 (2,0%)
MAINWARING, Scott	8 (1,1%)	14 (2,0%)
SCHWARTZMAN, Simon	10 (1,4%)	12 (1,7%)
CARVALHO, José Murilo de	10 (1,4%)	11 (1,5%)
OFFE, Claus	5 (0,7%)	16 (2,3%)
SIMMEL, Georg	8 (1,1%)	13 (1,8%)
FIGUEIREDO, Argelina	7 (1,0%)	13 (1,8%)
FRY, Peter	8 (1,1%)	12 (1,7%)
MICELI, Sergio	12 (1,7%)	8 (1,1%)
SARTORI, Giovanni	10 (1,4%)	10 (1,4%)
(n) artigos	695 (100%)	695 (100%)

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Observa-se na tabela anterior que nem mesmo quando os artigos têm pelo menos uma mulher participando da autoria o número de autoras citado na bibliografia aumenta. Sergio Miceli é o único que é proporcionalmente mais citado em artigos que tem mulheres do que em artigos que tem somente homens. E Giovanni Sartori é o único que possui uma proporção equilibrada. Bourdieu é o autor mais citado novamente, até quando o artigo tem pelo menos uma mulher na autoria.

A seguir, nos artigos que tratam sobre desigualdades, observaremos o levantamento temático das desigualdades e como elas são abordadas, para posteriormente observar como elas são abordadas quando também se aborda gênero, aqui poderemos identificar também quais desigualdades tem relevância acadêmica e quais são praticamente ignoradas.

Tabela 18 - Número de ocorrências e frequência das temáticas de desigualdade e sua profundidade na abordagem nos artigos (420 casos) que abordam desigualdade na RBCS, de 1986 a 2011

Desigualdades / Abordagem	não aborda	implicitamente	Menciona	discute
Gênero	307 (73,1%)	25 (6,0%)	44 (10,5%)	44 (10,5%)
Classe	188 (44,8%)	86 (20,5%)	67 (16,0%)	79 (18,8%)
Renda	216 (51,4%)	69 (16,4%)	67 (16,0%)	68 (16,2%)
Raça	316 (75,2%)	32 (7,6%)	34 (8,1%)	38 (9,0%)
Etnia	351 (83,6%)	17 (4,0%)	21(5,0%)	31 (7,4%)
Sexualidade	404 (96,2%)	8 (1,9%)	1 (0,2%)	7(1,7%)
Geracional	394 (93,8%)	8 (1,9%)	13 (3,1%)	5 (1,2%)
Informacional	391 (93,1%)	12 (2,9%)	13 (3,1%)	4(1,0%)
Educacional	346 (82,4%)	30 (7,1%)	27 (6,4%)	17 (4,0%)
Deficiência	416 (99,0%)	1 (0,2%)	2(0,5%)	1 (0,2%)
Regional	311 (74,0%)	38 (9,0%)	40 (9,5%)	31 (7,4%)

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Na tabela acima podemos observar a predominância das abordagens de desigualdade de classe, renda, gênero, regional e raça. Há também uma abordagem considerável de desigualdade étnica e educacional, já as desigualdades relativas a sexualidade, geração, informação e deficiência são praticamente ignoradas na produção acadêmica, especialmente a desigualdade vinculada a deficiências que é praticamente ausente. As intensidades de abordagem são: não aborda, aborda implicitamente, apenas menciona e discute a temática. As desigualdades de classe, renda e gênero são as mais discutidas e as mais mencionadas, entretanto as desigualdades de classe e renda são ainda mais abordadas de forma implícita.

Vê-se na tabela 19 que a desigualdade de gênero possui maiores relações com a desigualdade de classe e renda. Isso significa que nos casos que estas desigualdades estão em um texto que aborda desigualdade de gênero, na maioria deles essas outras desigualdades

também serão abordadas. Na próxima tabela, analisamos todos os casos que abordam a desigualdade de gênero e avaliamos as outras desigualdades destes artigos. Na última coluna temos o total relacionado a quantos artigos abordam tal desigualdade com relação a todos os artigos da revista, para identificar se é uma desigualdade relativamente abordada ou se ela é pouco presente no meio acadêmico.

Tabela 19 - Número de ocorrências e frequência das temáticas de desigualdade e sua profundidade na abordagem apenas nos artigos (113 casos) que abordam desigualdade de gênero na RBCS, de 1986 a 2011.

Desigualdades/ Gênero	não aborda	implicitamente	Menciona	discute	Aborda a desigualdade*
Gênero	0	25 (22,1%)	44 (38,9%)	44 (38,9%)	113
Classe	38 (33,6%)	21 (18,6%)	25 (22,1%)	29 (25,7%)	232
Renda	44 (38,9%)	20 (17,7%)	20 (17,7%)	29 (25,7%)	204
Raça	65 (57,5%)	14 (12,4%)	17 (15,0%)	17 (15,0%)	104
Etnia	87 (77,0%)	5 (4,4%)	8 (7,1%)	13 (11,5%)	69
Sexualidade	105 (92,9%)	4 (3,5%)	1 (0,9%)	3(2,7%)	16
Geracional	95 (84,1%)	4 (3,5%)	12 (10,6%)	2 (1,8%)	26
Informacional	106 (93,8%)	4 (3,5%)	2 (1,8%)	1 (0,9%)	29
Educacional	78 (69,0%)	11 (9,7%)	15 (13,3%)	9 (8,0%)	74
Deficiência	111 (98,2%)	1 (0,9%)	1 (0,9%)	0	4
Regional	88 (77,9%)	7 (6,2%)	12 (10,6%)	6 (5,3%)	109

*aborda a desigualdade em linha, independentemente de abordar a desigualdade de gênero.

Fonte: a autora, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

A desigualdade de gênero tem uma predominância nas abordagens “somente menciona” e “discute a temática”, o que indica um nível de aprofundamento médio-alto quando se trata o tema. A sexualidade poderia ser um tema bastante relacionado a esta temática, já que lida com questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, entretanto é uma temática que no contexto da revista está completamente afastada, já não possui muita capilaridade neste meio e, curiosamente, está pouquíssimo conectada com a temática de gênero.

Podemos observar na tabela que as desigualdade de classe e renda estão bem mobilizadas neste filtro de desigualdade de gênero. As desigualdades voltadas para questões materiais são as mais mobilizadas, seguidas pelas desigualdades regional e de raça. A desigualdade de classe, que possui um quantidade maior de abordagens implícitas quando se verificam os artigos que abordam desigualdade, é mais mencionada e discutida quando a desigualdade de gênero também aparece. A desigualdade de renda, no contexto anterior, apresentava um forte equilíbrio com relação a profundidade da abordagem – as três possibilidades eram quantitativamente similares –, mas quando se restringe aos artigos que abordam também a desigualdade de gênero ela é mais discutida.

Na abordagem de gênero nota-se que todas as desigualdades têm alguma relação mínima que seja, mas a maioria reflete a variedade de aspectos que a desigualdade de gênero pode submeter as mulheres, considerando as problemáticas da dicotomização entre público e privado, da divisão sexual do trabalho, da objetificação feminina. Temos aí problemáticas que podem estar envolvidas com as questões de desigualdade de classe, de renda, de raça, de etnia, à desigualdade informacional e educacional, que exerce função reprodutora desta estrutura e são agravados por fatores regionais.

7. CONCLUSÃO

Nessa monografia buscou-se analisar a produção do campo das ciências sociais brasileiro, através de artigos publicados na Revista Brasileira de Ciências Sociais, que foi escolhida por ser muito importante nas Ciências Sociais brasileiras e para o espaço de debate sobre as temáticas gerais. Pudemos identificar o perfil da revista analisando seus dados gerais e também o tema desigualdade de gênero. O referencial teórico que mobilizou a argumentação deste trabalho utilizaram o conceito de campo de Bourdieu, autores de teoria da justiça e de teoria feminista. Revisitar a história das ciências sociais também foi importante para identificar como este campo estava estruturado.

Com relação aos dados gerais, observa-se principalmente o crescimento e expansão da revista ao longo dos anos. Identificamos também a concentração regional dos autores e das instituições de pesquisa que os autores se vincularam, demonstrando que o capital concentrado do campo com relação ao Brasil se dá muito fortemente em torno do eixo Rio-São Paulo. Identificando a presença tão forte dos discurso proveniente desta localidade determinada podemos inferir que o eixo Rio-São Paulo possui uma alta dominação desta área acadêmica, tendo influência muito grande nas práticas e atividades que determinam estruturas de poder e reproduzem os padrões de produção concentrada do campo.

A área predominante na revista é a Sociologia, entretanto a Ciência Política e a Antropologia possuem bastante força também, o que indica um provável cuidado em equilibrar a quantidade de artigo nas três áreas por parte dos/as editores/as da revista e/ou a igual consolidação da RBCS para as três áreas. A abordagem dos artigos é majoritariamente teórica, tendo uma tendência empírica qualitativa bastante forte na Antropologia.

Com relação às referências bibliográficas, Bourdieu, Habermas e Weber são os mais citados considerando todos os artigos, e também considerando somente os que abordavam democracia e considerando somente os que abordavam desigualdade. A dominância masculina com relação aos autores mais citados é muito forte: as referências femininas se concentram nas temáticas de democracia e na área de ciência política, como Argelina Figueiredo, e na temática de desigualdade de gênero são bastante citadas Alba Zaluar, Nancy Fraser e Joan Scott. A estrutura deste campo apresenta a dominação masculina da área de várias formas: as mulheres têm uma presença consideravelmente menor na publicação de artigos e baixíssima com relação aos que são mais citados como referência bibliográfica; até mesmo nos artigos que discutem a desigualdade de gênero, há apenas três autoras, sendo duas

feministas, como referencial teórico muito citado. Estas informações mostram a estrutura de poder do campo e quem são aqueles/as reconhecidos pelos seus pares – e que, portanto, há clara desigualdade de gênero no campo das ciências sociais brasileiras.

Iniciando-se pela discussão relacionada às demandas materiais e posteriormente com a demanda por reconhecimento, a temática da desigualdade se estabelece como relevante, especialmente em contextos democráticos que estabelece a igualdade formal como essencial para uma cidadania real. É uma temática sensível para a política quando se tem a igualdade como critério de justiça, advindo dos fundamentos liberais relativo aos direitos individuais. Em relação ao conteúdo dos artigos, é importante notar as discussões de democracia e desigualdade e sua importância na Ciência Política e nas Ciências Sociais, considerando que a democracia é temática própria dentro do estudo da política e está bastante conectada com a temática de desigualdade. Logo, as duas possuem perfis bem similares, e por estarem amplamente abordados na revista – pelo menos 75% dos artigos fala de democracia e/ou desigualdade –, estas temáticas possuem perfis bem similares ao geral, como é o caso das bibliografias dos artigos e instituições dos autores, e até mesmo principais autores dos artigos. Nos artigos que abordam a desigualdade de gênero, é interessante identificar que as traduções representam uma porcentagem um pouco maior, revelando o caráter mais receptivo do país nessa área específica. Com relação às outras desigualdades, quando se aborda gênero as temáticas sobre desigualdade quantitativamente mais relevantes são classe, renda e, em menor medida, raça.

Estes achados são muito importantes para o próprio campo de forma a se compreender aspectos de suas estruturas que determinam sua forma de ação e o que reproduzem, identificando os indivíduos, instituições e abordagens que exercem domínio sobre esse campo. Os temas de desigualdade e desigualdade de gênero são importantes pela característica social estruturante com sérias consequências políticas e sociais. Deste modo, compreender como as ciências que estudam a sociedade realizam seu trabalho analítico – que, nota-se neste estudo, focam majoritariamente nas desigualdades materiais – é importante como diagnóstico dos discursos dominantes que direcionam nossas análises sobre o mundo social.

Vê-se que o presente estudo não esgota as possibilidades de análise da produção das ciências sociais brasileiras. Estas abordagens poderão futuramente ser estudadas de forma mais aprofundada analisando-se as especificidades das temáticas de gênero que foram discutidas. As outras temáticas de desigualdade também poderiam ter um enfoque especial,

tanto as que são amplamente abordadas, como classe, renda e raça, como aquelas que são praticamente ausentes no discurso acadêmico como a desigualdade referente a deficiências, que é de extrema importância para uma ciência social com um compromisso mais transformativo. Outros periódicos poderão ser analisados, abrangendo uma variedade maior de temáticas, objetivos e estudos, identificando quais estruturas são dominantes em outros contextos e quais temáticas ganham um foco diferente – o que pretendemos realizar em estudos futuros. É necessária uma mobilização forte para coletar este tipo de dado, o que seria improvável sem o grupo de pesquisa, neste caso. Trabalhar com uma base de dados tão complexa é difícil, entretanto os resultados da mistura entre teoria e análise empírica é motivante.

8. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma – Gênero e as ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres/ organizado por Neuma Aguiar – Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

BIROLI, Flávia: “Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça”. Revista de Sociologia e Política, vol.18, 2010, pp. 51-65.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe - *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*, organizado por Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel.

BOURDIEU, Pierre; (2009[1980]) *O senso prático* Ed. Vozes.

BOURDIEU, Pierre “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”, em *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1985 [s.d.]

BOURDIEU, Pierre. “A gênese dos conceitos de *habitus* e campo”, em *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1985 [s.d.]

BOURDIEU, Pierre. O campo político. Revista Brasileira de Ciência Política., Brasília , n. 5, July 2011

Ficha da pesquisa - *Desigualdades e democracia: as perspectivas da teoria política* do Grupo Demodê – em anexo 1.

FERES JR., João. *Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar*, 2000 Rev. Sociol. Polit.:(15): 97-110, ND.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça na era Pós-Socialista. In: SOUSA, Jessé (org.) *Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2001, p. 245-282.

FRIEDMAN, Marilyn: “Beyond caring: the de-moralization of gender”. In: Virginia Held (ed), *Justice and care*. Oxford: Westview Press, 1995; pp. 61-78.

MARQUES, Danusa, Dissertação de mestrado – *Democracia e Ciências Sociais no Brasil*, 2007, UnB, Ipol.

MICELI, Sergio, A Fundação Ford no Brasil – Organizador Sergio Miceli 1993, São Paulo, SP: FAPESP, Editora Sumaré, 1993.

MIGUEL *et al*, 2012 – Projeto de pesquisa - *Desigualdades e democracia: as perspectivas da teoria política* do Grupo Demodê.

DEMÔDÊ. Orientações de preenchimento do questionário – da *Pesquisa Desigualdades e Democracia: mapeamento das Ciências Sociais brasileiras* – em anexo 2.

PHILLIPS, Anne: “O que há de errado com a democracia liberal?”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, 2011, pp. 339-363.

PIO, Carlos e PORTO, Mauro. “Teoria política contemporânea: política e economia segundo os argumentos elitistas, pluralistas e marxistas”. In: RUA, M. G. e CARVALHO, M. I. (orgs.). O Estudo da Política: Tópicos selecionados. Brasília: Ed. Paralelo 15, 1998. pp. 291-314.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

TRINDADE Hégio. *Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e institucionalização in As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada (1930-2005)* (org) Hégio Trindade et al, Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006.

Sites:

ANPOCS

<http://portal.anpocs.org/portal>

Reuni-MEC

<http://reuni.mec.gov.br>

RBCS

http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=69&Itemid=399

Anexo 1 – Ficha do questionário

Democracia e desigualdades:
mapeamento temático

UnB

2012-2014

Dados pessoais

1.Responsável pelo preenchimento

☐ 1. Ana Júlia

☐ 2. Ana Paula

☐ 3. Ângela

☐ 4. Gabriela Garcia

☐ 5. Illyusha

☐ 6. Inayara

☐ 7. Júlia

☐ 8. Juliana

☐ 9. Laísa

☐ 10. Lucas

☐ 11. Maiara

☐ 12. Pedro

☐ 13. Rayla

☐ 14. Talita

☐ 15. Tayrine

☐ 16. Thais

☐ 17. Vitor

A resposta é obrigatória.

Publicação

2.Revista

☐ 1. RBCS

☐ 2. Lua Nova

☐ 3. Dados

☐ 4. Sociologia e Política

☐ 5. Opinião Pública

☐ 6. RBCP

☐ 7. Estudos Feministas

☐ 8. Crítica Marxista

A resposta é obrigatória.

3.Volume

4.Número

A resposta é obrigatória.

5.Ano

A resposta deve ser compreendida
entre 1985 e 2013.

A resposta é obrigatória.

Autoria (mesmas perguntas 4 vezes para 4 possibilidades de autor)

6. Autora 1

A resposta é obrigatória.

7. Em qual categoria a autora 1 se enquadra?

☐ 1. brasileira

☐ 2. estrangeira

☐ 3. estrangeira trabalha no brasil

A resposta é obrigatória.

8. Sexo da autora 1

☐ 1. feminino

☐ 2. masculino

A resposta é obrigatória.

9. Titulação da autora 1

☐ 1. doutora

☐ 2. doutoranda

☐ 3. outra

☐ 4. não identificado

A resposta é obrigatória.

10. Ano de obtenção do doutorado da autora 1

A questão só é pertinente se aut_1_tit = "doutora"

11. Área disciplinar da autora 1

☐ 1. Ciência Política

☐ 2. Sociologia

☐ 3. Antropologia

☐ 4. Relações Internacionais

☐ 5. Economia

☐ 6. Estatística

☐ 7. Serviço Social

☐ 8. História

☐ 9. Geografia

☐ 10. Direito

☐ 11. Saúde

☐ 12. Demografia

☐ 13. outra

A resposta é obrigatória.

12. Se 'outra', defina:

13. Instituição principal da autora 1

14. Instituição secundária da autora

43.Título

☐ 2. empírica

A resposta é obrigatória.

A resposta é obrigatória.

44.O artigo é uma tradução?

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim" ou democracia = "sim"

☐ 1. sim

☐ 2. não

45.Em caso de tradução, qual foi a data da publicação original?

49.Se empírica, especifique:

☐ 1. qualitativa

☐ 2. quantitativa

A resposta deve ser compreendida entre 1300 e 2014.

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se traducao = "sim"

A questão só é pertinente se abordagem = "empírica"

Tratamento dos temas

46.O texto trata do tema da desigualdade?

50.Como o texto aborda a desigualdade de classe?

☐ 1. sim

☐ 1. não aborda

☐ 2. não

☐ 2. implicitamente

A resposta é obrigatória.

☐ 3. menciona

47.O texto trata do tema da democracia?

☐ 4. discute

☐ 1. sim

A resposta é obrigatória.

☐ 2. não

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

A resposta é obrigatória.

48.Qual é a abordagem predominante do texto?

51.Como o texto aborda a desigualdade de renda e/ou riqueza?

☐ 1. não empírica

☐ 1. não aborda

☐ 2. implicitamente

☐ 3. menciona

☐ 4. discute

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

52. Como o texto aborda a desigualdade de gênero?

☐ 1. não aborda

☐ 2. implicitamente

☐ 3. menciona

☐ 4. discute

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

53. Como o texto aborda a desigualdade de raça?

☐ 1. não aborda

☐ 2. implicitamente

☐ 3. menciona

☐ 4. discute

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

54. Como o texto aborda a desigualdade de etnia?

☐ 1. não aborda

☐ 2. implicitamente

☐ 3. menciona

☐ 4. discute

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

55. Como o texto aborda a desigualdade quanto à sexualidade?

☐ 1. não aborda

☐ 2. implicitamente

☐ 3. menciona

☐ 4. discute

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

56. Como o texto aborda a desigualdade geracional?

☐ 1. não aborda

☐ 2. implicitamente

☐ 3. menciona

☐ 4. discute

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

57. Como o texto aborda a desigualdade no acesso à informação?

- ☐ 1. não aborda
- ☐ 2. implicitamente
- ☐ 3. menciona
- ☐ 4. discute

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

58. Como o texto aborda a desigualdade de educação?

- ☐ 1. não aborda
- ☐ 2. implicitamente
- ☐ 3. menciona
- ☐ 4. discute

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

59. Como o texto aborda a desigualdade vinculada a deficiências?

- ☐ 1. não aborda
- ☐ 2. implicitamente
- ☐ 3. menciona
- ☐ 4. discute

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

60. Se aborda, de qual tipo?

- ☐ 1. física
- ☐ 2. mental

Você pode marcar diversas casas.

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desig_def # "não aborda"

61. Como o texto aborda a desigualdade regional?

- ☐ 1. não aborda
- ☐ 2. implicitamente
- ☐ 3. menciona
- ☐ 4. discute

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se desigualdade = "sim"

62. Se aborda, qual tipo?

- ☐ 1. global (Norte/Sul)
- ☐ 2. global (Oriente/Ocidente)
- ☐ 3. entre regiões de um país
- ☐ 4. entre campo e cidade

Você pode marcar diversas casas.

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se
desig_reg = "sim"

63.O texto aborda algum outro tipo
de desigualdade?

☐ 1. sim

☐ 2. não

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se
desigualdade = "sim"

64.Se sim, qual ou quais?

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se
desig_outro = "sim"

Bibliografia

65.Autores incluídos na bibliografia

Utilizar o formato:
SOBRENOME1, Nome1;
SOBRENOME2, Nome2; etc.

Outros

66.Observações

Anexo Metodológico (anexo 2) – Orientações para preenchimento do questionário

**Grupo de Pesquisa Demodê
IPOL - UnB**

***Pesquisa Desigualdades e Democracia: mapeamento das Ciências
Sociais brasileiras***

Orientações de preenchimento do questionário

Junho 2012

NÃO DEVEM SER FICHADOS: RESENHAS

DEVEM SER FICHADOS: Artigos, conferências, dossiês, palestras, etc.

1. Selecione o seu nome na lista.
2. Selecione o nome da revista em que o artigo foi publicado.
3. Indique o volume; se não existir este valor na revista, deixe em branco (valor numérico).
4. Indique o número da revista em que foi publicado o artigo (valor numérico).
5. Preencha o ano de publicação da revista em que foi publicado o artigo.
6. Preencha o nome da primeira autora do texto.

Formato: (SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome)

P. ex.: PARKER, Peter; WORTHINGTON III, Warren; LIMA JR., Olavo Brasil de;

7. Selecione a categoria em que o autor melhor se enquadra
 - a) autor é brasileiro, independente de trabalhar no exterior; ex: Gláucio Ary Dillon Soares
 - b) autor é estrangeiro, mesmo possuindo passagens esporádicas pelo Brasil; ex: Iris Maion Young
 - c) autor é estrangeiro, mas trabalha(ou) no Brasil por um período significativo de sua carreira (mais de 2 anos); ex: David Fleischer
8. Selecione o sexo do primeiro autor do texto.
9. Selecione a titulação do primeiro autor do texto.
 10. Preencha o ano de obtenção do doutorado da primeira autora (procurar no lattes) (formato, p. ex.: 1942).
 - indicar a titulação da autora no ano de publicação do artigo
11. Selecione a área disciplinar na última formação do primeiro autor.
12. Especifique a área disciplinar selecionada como “outra” (texto).
13. Instituição principal na carreira acadêmica da primeira autora (professor>pesquisador>empresa>curso de pós-graduação).

- instituição a qual a autora estava vinculada à época da publicação do artigo

14. Segunda instituição de maior importância na carreira acadêmica do primeiro autor

(professor>pesquisador>empresa>curso de pós-graduação).

- instituição a qual a autora estava vinculada à época da publicação do artigo

15 a 42. Repetição das questões 6 a 14, se houver mais de uma autora.

43. Título completo do artigo, iniciado por maiúscula e sem ponto ao final (p. ex.: A autonomia dos processos autorais).

44. Indicar se o artigo é uma tradução de texto publicado originalmente no exterior

45. Indique a data de publicação do texto original, em caso de tradução. (formato, p. ex.: 1982)

46. Marque se o texto trata ou não sobre alguma desigualdade.

47. Marcar se o texto trata ou não sobre o tema da democracia.

[Continue a preencher o questionário apenas se houver marcação positiva nas questões anteriores 46 ou 47. É possível preencher o item observações.]

48. Marque a abordagem predominante no artigo:

Teórica: definição/elaboração/discussão de conceitos, construção de hipóteses sem teste empírico, discussão sobre o pensamento de escolas de pensamento ou sobre o conjunto de ideias de autores específicos.

Empírico: apresentação de resultados /informações/evidências cuja coleta derive de pesquisa para fundamentar o argumento central do texto ou abordar o objeto de pesquisa.

49. Marque o tipo de abordagem empírica predominante no artigo:

Qualitativa: abordagens cuja interpretação do pesquisador é essencial à obtenção dos resultados (pode ser combinada com quantificação).

Quantitativa: há quantificação de casos e os instrumentos analíticos geram resultados externos à interpretação do pesquisador (pode haver interpretação sobre os resultados, porém a interpretação não define os valores observados como resultado da pesquisa).

50 a 59. Aponte o tema da desigualdade abordada no texto:

- a) não aborda: o texto não se refere a este tema
- b) implicitamente: o tema não é mencionado diretamente e de forma explícita, mas é possível perceber a referência ao mesmo
- c) apresenta: o tema é citado expressamente, mas não há um desenvolvimento do mesmo
- d) discute: o tema faz parte dos elementos principais do texto, possuindo uma abordagem mais detalhada sobre o mesmo
 - não há distinção, para o preenchimento do questionário, quanto à variação entre “desigualdade” e “diferença”;
 - o preenchimento do campo “sim” deve ocorrer pela mera menção ao tema, ainda que não haja discussão profunda sobre a desigualdade abordada.

50. Desigualdade de classe social: trabalha com o conceito de classe social.

51. Desigualdade de renda/riqueza: conceito econômico geral de desigualdade material.

52. Desigualdade de gênero: refere-se *somente* à desigualdade entre homens e mulheres (sentido restrito). Questões relacionadas à orientação sexual devem ser apontadas na questão 51. Questões relacionadas ao entendimento de gênero em sentido ampliado (discussão sobre transgêneros, por exemplo) deve ser apontadas na questão 59 e especificadas na questão 60).

53. Desigualdade racial: refere-se *somente* à desigualdade baseada na raça/cor. Questões relacionadas à desigualdade étnica devem ser apontadas na questão 59 e especificadas na questão 60.

54. Desigualdade de etnia: refere-se *somente* à desigualdade baseada em etnia, enquanto distinção de elementos culturais e de pertencimento a estes.

55. Desigualdade quanto à sexualidade: refere-se à orientação sexual.

56. Desigualdade geracional: refere-se a grupos etários/gerações.

57. Desigualdade no acesso à informação: refere-se à produção, definição e obtenção de informações para o exercício da ação política.

58. Desigualdade educacional: refere-se ao acesso e participação na formação educacional formal.

59. Desigualdade vinculada à deficiências:

60. física ou mental (especifique).

61. Desigualdade regional:

62. Tipo de desigualdade regional (especifique):

a) entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro/periferia global.

b) entre países marcados pela relação ocidente/oriente.

c) entre as divisões políticas/geográficas/administrativas no interior de um país (assimetria de poder político, de produção econômica, cultural, etc).

c) entre regiões urbanas e rurais.

63. Outro tipo de desigualdade: aponte *somente* se o tipo de desigualdade abordada não se encaixa nas categorias já apresentadas na ficha.

64. Especificar de modo *claro e objetivo* qual é a “outra desigualdade” tratada.

65. Incluir a lista de autores citados na bibliografia:

Formato: (SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome)

P. ex.: PARKER, Peter; WORTHINGTON III, Warren; LIMA JR., Olavo Brasil de;

- *não há necessidade de repetir o nome citado mais de uma vez na bibliografia de um texto.*

- Caso não exista uma bibliografia destacada ao final do texto, verificar se as referências bibliográficas encontram-se em notas de rodapé

- Caso não exista qualquer referência bibliográfica utilizar o termo NSA

66. Indique se houve dificuldade na classificação do texto, bem como questões que podem ser de interesse da pesquisa, mas que não foram contempladas pelo questionário.